



ABCS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS CRIADORES DE SUÍNOS

Panorama Setorial

DA SUINOCULTURA

Dossiê detalhado do setor suinícola



Panorama Setorial

DA SUINOCULTURA

Dossiê detalhado do setor suinícola

Sumário

Carta do Presidente da ABCS	6
Panorama Setorial da Suinocultura	8
Números do Setor Suinícola Brasileiro	8
Participação Regional no VBP de suínos em 2014	11
Como se divide a Suinocultura no País	12
Distribuição e característica do plantel tecnificado de matrizes suínas no Brasil	13
Diversidade da Suinocultura Brasileira	14
Panorama Internacional	16
Principais destinos da Carne Suína Brasileira Jan/Dez 2014	18
Principais demandas políticas do setor	20
Carta do Presidente da Frente Parlamentar da Suinocultura	20
Garantia de Abastecimento Interno de Milho	22
Inclusão da carne suína na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM	24
Aprovação da Lei de Integração	25
Aperfeiçoamento do INOVAGRO para investimentos em bem-estar animal	27
Aperfeiçoamento do ABC para produção de energia através do Tratamento de Dejetos Animais	29
Maior investimento no Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSS	30

Carta do Presidente da ABCS

A Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) completa em 2015 sessenta anos de história. Ao longo de seis décadas de muitas conquistas para a cadeia suinícola brasileira, a entidade ganhou representatividade e hoje fala por mais de 40 mil produtores em todo o país e possui afiliadas em 16 estados da federação, se tornando uma organização que nos confere credibilidade perante a outros setores do agronegócio, ao governo e à sociedade brasileira.

Sem sombra de dúvidas uma das conquistas mais visíveis da entidade é o Projeto Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura (PNDS), o qual, desde 2010, promove a modernização e a comercialização da carne suína. Esta parceria bem sucedida com o SEBRAE trouxe a estruturação da cadeia com a generalização das boas práticas de produção da granja à mesa, contribuindo para desmistificar preconceitos, ampliar o consumo e assegurar que somos uma cadeia tecnicamente eficiente, socialmente justa e ambientalmente responsável.

Além das ações de mercado, a ABCS também se fortalece e ganha credibilidade em outras áreas, especialmente na política. A atuação junto ao Congresso Nacional e aos diversos órgãos do poder executivo, especialmente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA é constante.

Junto ao executivo, focamos nosso trabalho em torno da sanidade animal e de políticas agrícolas favoráveis aos suinocultores. Acompanhamos a atuação de diversas Secretarias, visando garantir ações efetivas contra doenças exóticas, bem-estar animal e linhas de crédito de apoio ao produtor.

A atuação da entidade junto ao Congresso vai desde a participação semanal na Frente Parlamentar da Agropecuária, composta por representantes da bancada ruralista no parlamento, até o direcionamento das demandas do setor aos parlamentares da Frente Parlamentar Mista da Suinocultura – FPMS.

Como presidente da ABCS sinto-me honrado por ter auxiliado na construção deste trabalho e motivado para tornar a atuação e representatividade desta entidade cada vez mais forte e capaz de trazer novas conquistas ao setor suinícola brasileiro.



Marcelo Lopes

Presidente da ABCS

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Marcelo Lopes', written over a white background.

Panorama Setorial da Suinocultura

O Brasil é o quarto maior produtor mundial de carne suína, ficando atrás apenas da China, União Europeia e Estados Unidos, representando 3,2 % da produção mundial. Segundo relatório da FAO (Food and Agriculture Organization) o Brasil é o terceiro país com o maior potencial de crescimento na produção de carnes nos próximos anos, tendo grande potencial para aumentar as exportações. O país concentra um plantel de aproximadamente 39 milhões de cabeças e em 2014 produziu 3,4

milhões de toneladas de carne e contribui com R\$ 12 bilhões no Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária brasileira.

A suinocultura brasileira pode ser subdividida entre industrial (tecnificada) e de subsistência, com a presença de produtores familiares, patronais e empresariais. No Brasil, o número de matrizes tecnificadas é de aproximadamente 1,6 milhões de matrizes, onde os animais são confinados, rece-

Números do Setor Suinícola Brasileiro



4º maior produtor e exportador de carne suína do mundo;

40 mil produtores tecnificados;

1,6 milhões de matrizes tecnificadas;



1 milhão de empregos diretos e indiretos;

3,4 milhões de toneladas de carne;

Média de crescimento do setor de **3% a.a.**;



Média de consumo de **15kg por habitante**;

Valor Bruto da Produção de Suínos de 2014 de **R\$ 12,7 bilhões**.

bem alimentação balanceada e cuidados sanitários específicos.

Com o passar dos anos houve uma contínua redução das matrizes de subsistência e aumento das tecnificadas, crescimento que ocorreu principalmente no Sul, Sudeste e Centro Oeste e que se concentrou nos alojamentos ligados às integrações ou às cooperativas, em detrimento ao mercado dos suinocultores independentes.

A produção de carne suína no Brasil apresentou profundas transformações organizacionais e tecnológicas nos últimos 30 anos. A grande evolução nas áreas de genética, nutrição e qualidade da carne foi acompanhada por 3 tendências determinantes:

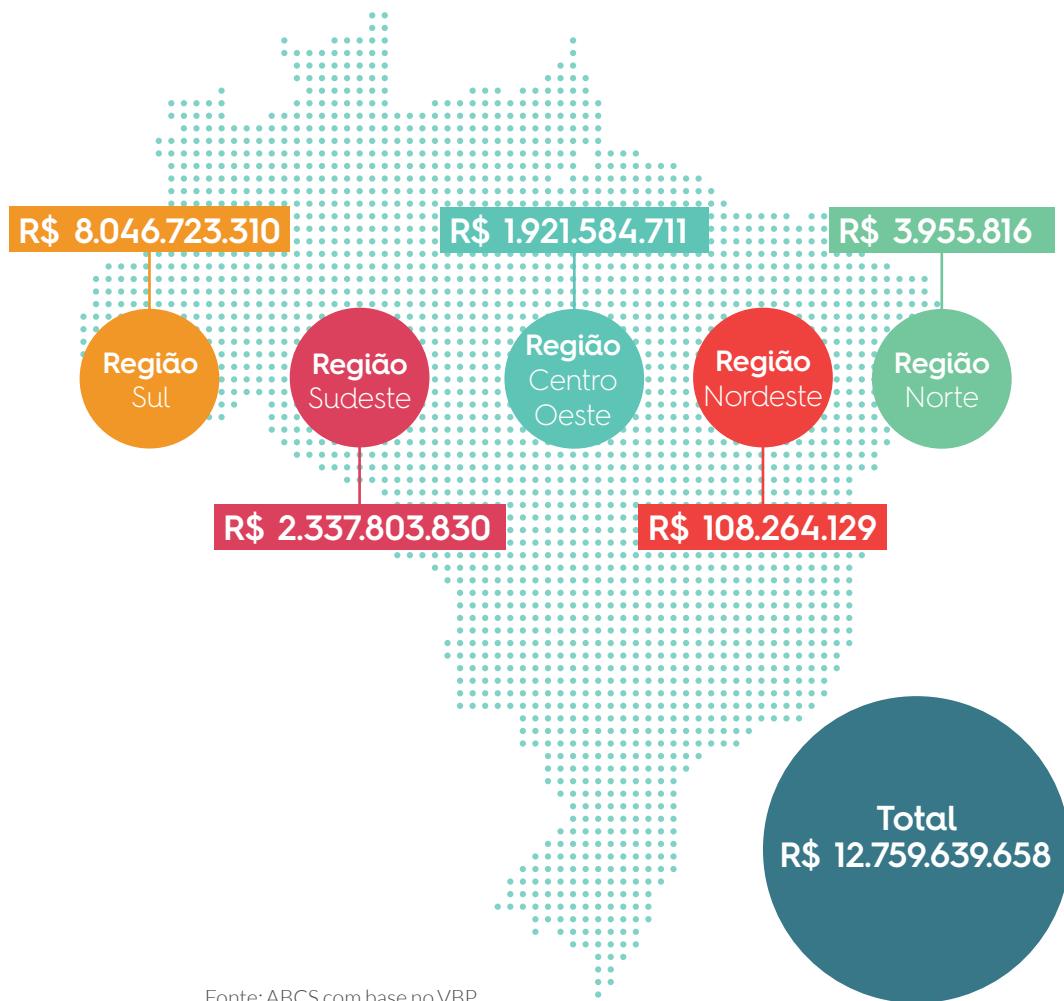
Aumento da escala de produção e redução no número de produtores;

Mudança no sistema produtivo, com a segregação da produção em múltiplos sítios, de unidades produtoras de leitões (UPL) e unidades de crescimento e terminação (UT). Esta transformação ocorreu de forma mais intensa nas integrações das regiões Sul e Centro Oeste e foi também adotada por parte dos criadores do Sudeste.

Evolução da fronteira agrícola para a região Centro Oeste, que disponibilizou o acesso quantitativo ao milho e soja, que são os principais insumos na produção da ração.

“A produção de carne suína no Brasil apresentou profundas transformações organizacionais e tecnológicas nos últimos 30 anos.”

Participação Regional no VBP de suínos em 2014



Fonte: ABCS com base no VBP de 2014 divulgado pelo MAPA

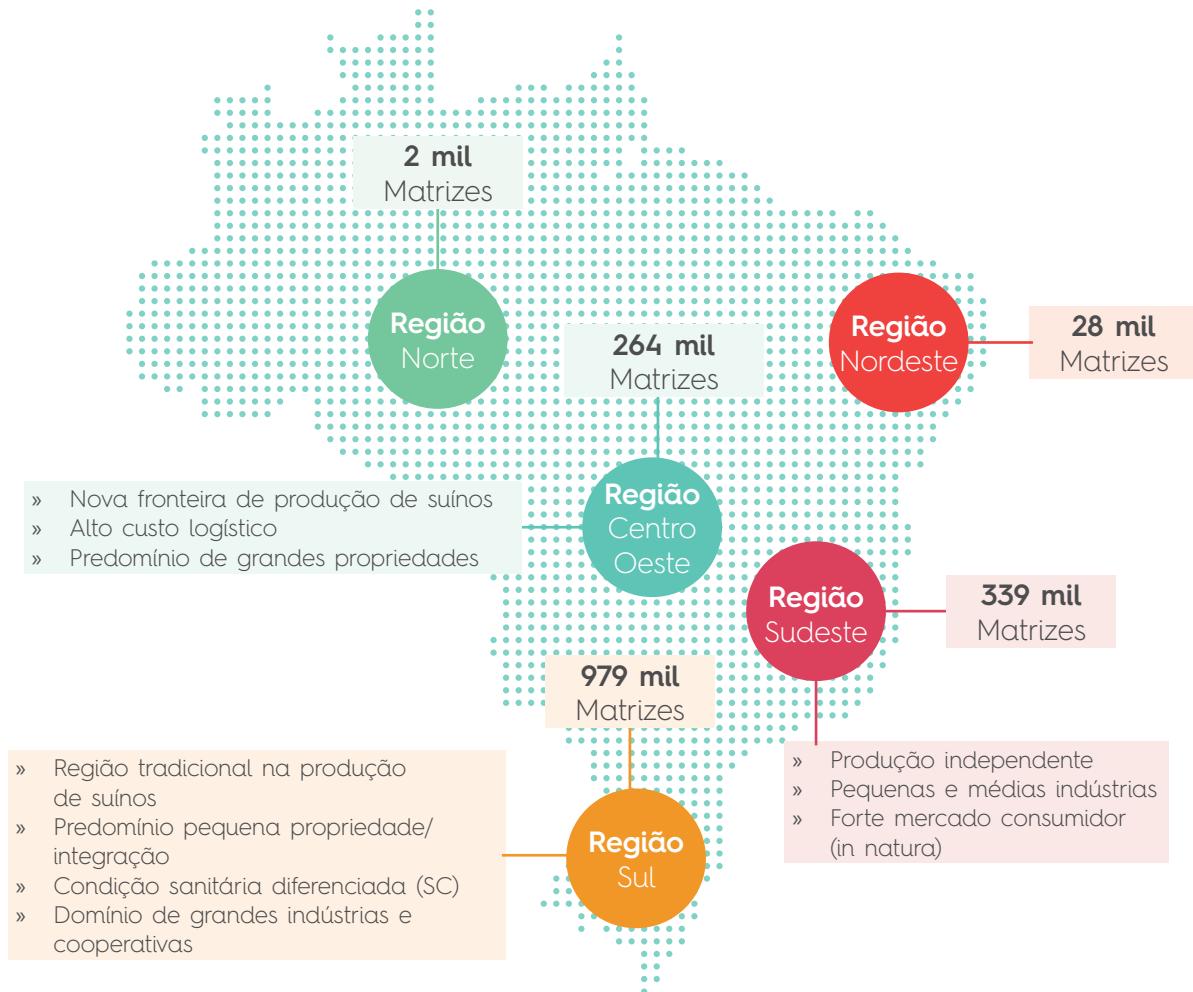
Como se divide a Suinocultura no País

A região Sul do país é tradicionalmente a de maior expressão na produção de suínos, detendo 61% das matrizes tecnificadas alojadas no Brasil. Já o Sudeste, dispõe de um plantel de 339 mil matrizes, sendo a segunda maior região produtora, com destaque para Minas Gerais – estado que conta com 245 mil matrizes, alcançando a quarta posição no país.

A expansão agrícola da região Centro Oeste, a partir da década de 1970, agregou crescimento natural na produção de aves e suínos. Nos últimos 15 anos, a produção em Goiás e Mato Grosso se destacou em termos nacionais. Atualmente, a região abriga 264 mil matrizes, devendo ultrapassar nos próximos anos o Sudeste. Esta migração ocorre em busca de matéria prima (milho e soja) para fabricação das rações permitindo assim a redução do custo de produção, além da abundância de água, clima favorável e topografia do solo, fator que permite uma melhor distribuição dos dejetos suínos, utilizados como adubo orgânico.

“A região Sul do país é tradicionalmente a de maior expressão na produção de suínos, detendo 61% das matrizes tecnificadas alojadas no Brasil.”

Distribuição e característica do plantel tecnificado de matrizes suínas no Brasil



Fonte: Sistema ABCS

Diversidade da Suinocultura Brasileira

	RS	SC	PR	GO	MT	MG	SP
Total de Matrizes	314 mil	400 mil	265 mil	83 mil	106 mil	245 mil	82 mil
Integrados	87%	85%	75%	62%	40%	21%	0%
Independentes	13%	15%	25%	38%	60%	79%	100%
Até 500 matrizes	60%	50%	45%	8%	69%	63%	15%
De 501 a 1000 matrizes	20%	35%	50%	10%	5%	7%	39%
Acima de 1000 matrizes	20%	15%	5%	82%	26%	2%	46%

Fonte: ABPA e Sistema ABCS

Asuinocultura brasileira possui diversidades regionais que ultrapassam as questões de clima e topografia, são diferenças que estão relacionadas à maior ou menor presença de indústrias integradoras, tamanho de propriedade, acesso a insumos, proteção sanitária, dentre outras. Diante deste quadro, para efeitos de estudos e cálculos que possam retratar as realidades regionais e nacional, a segregação dos produtores e de suas atividades é feita pelo número de matrizes,

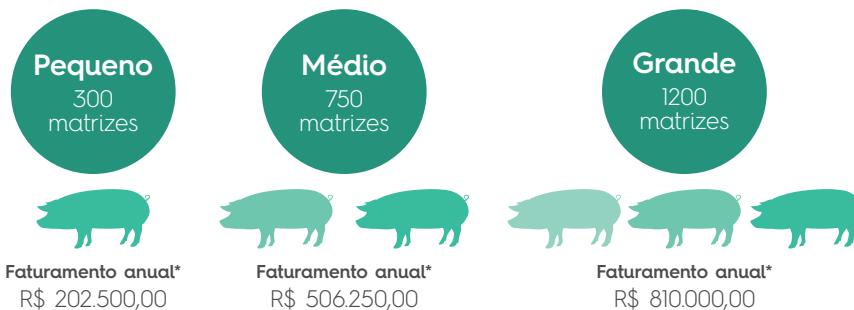
nos casos de Unidades Produtoras de Leitão e de unidades de Ciclo Completo, ou pelo número de cevalos, no caso de Unidades de Crescimento e Terminação. Assim, são considerados pequenos produtores aqueles que possuem até 500 matrizes ou até 500 cevalos em sua propriedade. Já os médios são aqueles que possuem entre 501 e 1000 matrizes ou cevalos. Por sua vez os grandes são os que trabalham com mais de 1000 matrizes ou cevalos.



Intregação

Produtor de leitões UPL

Considera-se 25 leitões por matriz/ano



Intregação

Terminação UT

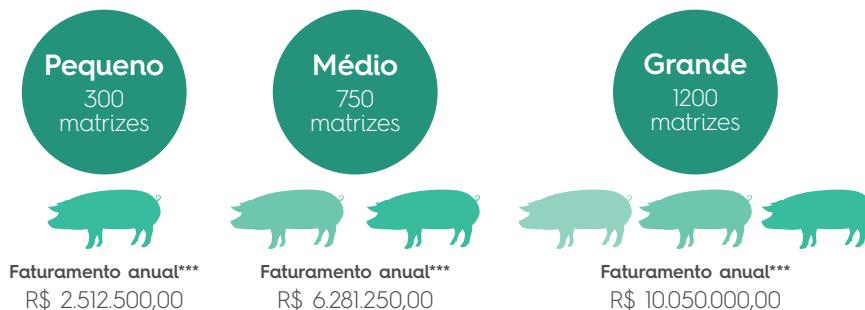
Considera-se 3 lotes de animais por ano



Independente

Ciclo Completo

Considera-se 25 leitões por matriz/ano e o peso de abate do cevado de 100Kg



* valor pago por animal R\$ 27,00 - Média valores praticados SC e RS

** valor pago por animal R\$19,00 - Média valores praticados SC e RS

*** valor do quilo R\$3,35 - média da bolsa de suínos de MG entre 2011 e 2014

Fonte: Sistema ABCS

Panorama Internacional

A China é o maior produtor mundial da proteína, detendo aproximadamente 50% da produção total, seguida pelos EUA com cerca de 10% da produção. Contudo a União Europeia, o bloco com 27 países, excluído Croácia, tem uma produção que corresponde a 21% do total mundial, ocupando oficialmente o segundo lugar na produção mun-

dial. O Brasil tem uma produção de aproximadamente 3,5 milhões de toneladas, o que o coloca na quarta colocação no ranking internacional da produção de carne suína. Com relação às exportações o Brasil também ocupa a 4ª posição no ranking mundial, com volume médio de 500 a 550 mil toneladas/ano.

Principais produtores mundiais de carne suína (milhões de toneladas)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
China 	50,71	50,60	53,43	54,93	56,71	57,35
União Europeia 	22,63	22,95	22,53	22,36	22,40	22,36
Estados Unidos 	10,19	10,33	10,55	10,52	10,37	10,86
Brasil 	3,19	3,22	3,33	3,28	3,31	3,49
Rússia 	1,98	2,06	2,18	2,40	2,51	2,82
Vietnã 	2,17	2,26	2,31	2,35	2,43	2,45
Canadá 	1,79	1,81	1,84	1,82	1,81	1,86

*projeção para o ano de 2015
Fonte: USDA

Dentre os principais importadores de carne suína do mundo, o Japão destaca-se na primeira posição e apresenta histórico de remuneração superior a outros mercados, porém ainda representa uma ínfima quantidade das exportações brasileiras mesmo após a reabertura de plantas frigoríficas brasileiras em 2014. Já Hong Kong e Rússia, terceiro e quarto importadores

mundiais respectivamente, são o principal destino da carne suína brasileira e tendem a crescer ao longo de 2015. Historicamente o país exporta entre 15 a 20% de sua produção, portanto, o trabalho constante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a abertura de novos mercados continua sendo fundamental para o avanço do setor.

Principais importadores mundiais de carne suína (mil toneladas)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Japão 	1.198	1.254	1.259	1.223	1.332	1.275
México 	687	594	706	783	818	840
Hong Kong 	415	758	730	770	761	1.000
Rússia 	916	971	1.077	868	515	375
Coréia do Sul 	382	640	502	388	480	485
Estados Unidos 	390	364	364	399	457	408

*projeção para o ano de 2015
Fonte: USDA

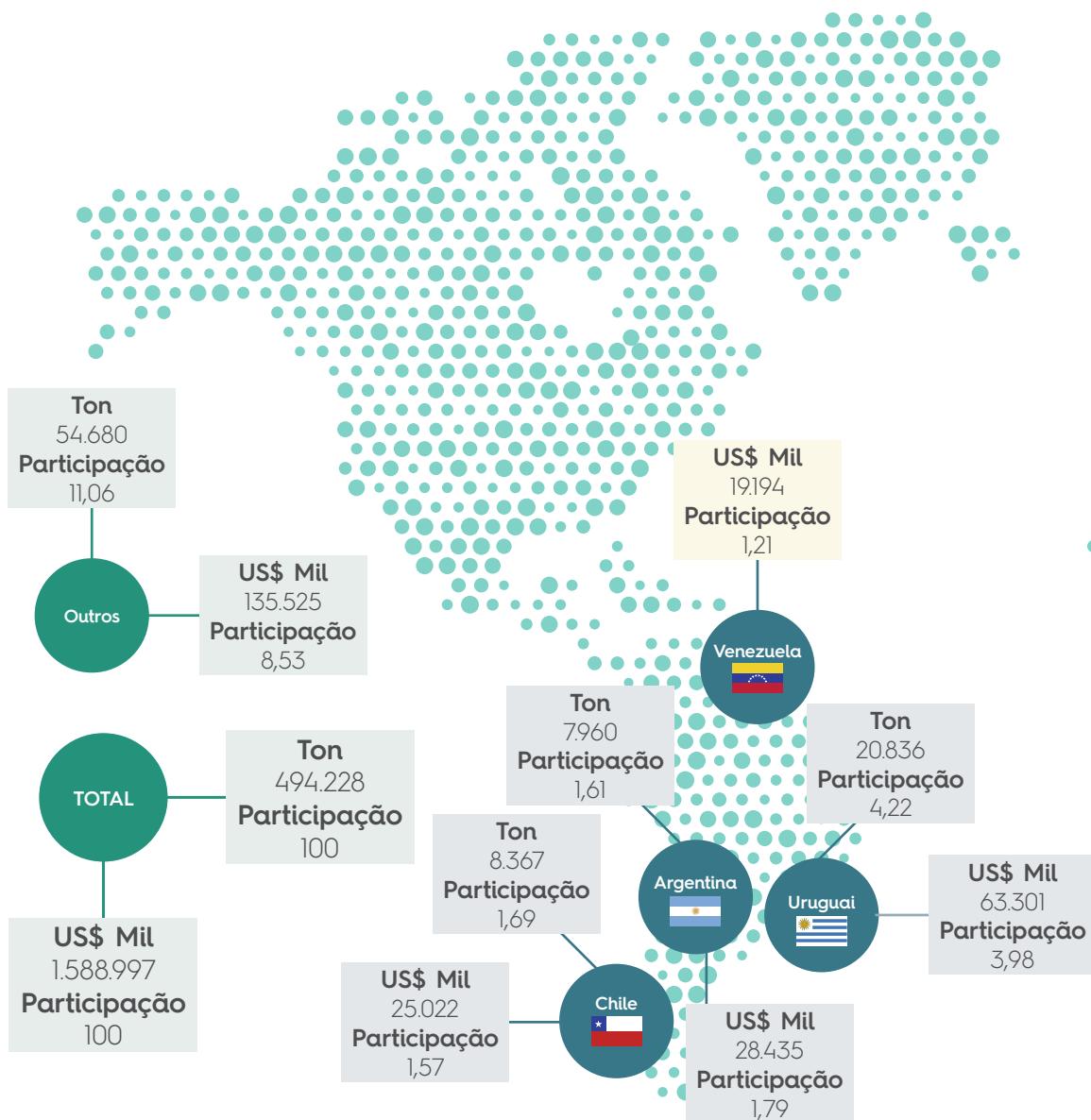
Principais exportadores mundiais de carne suína (mil toneladas)

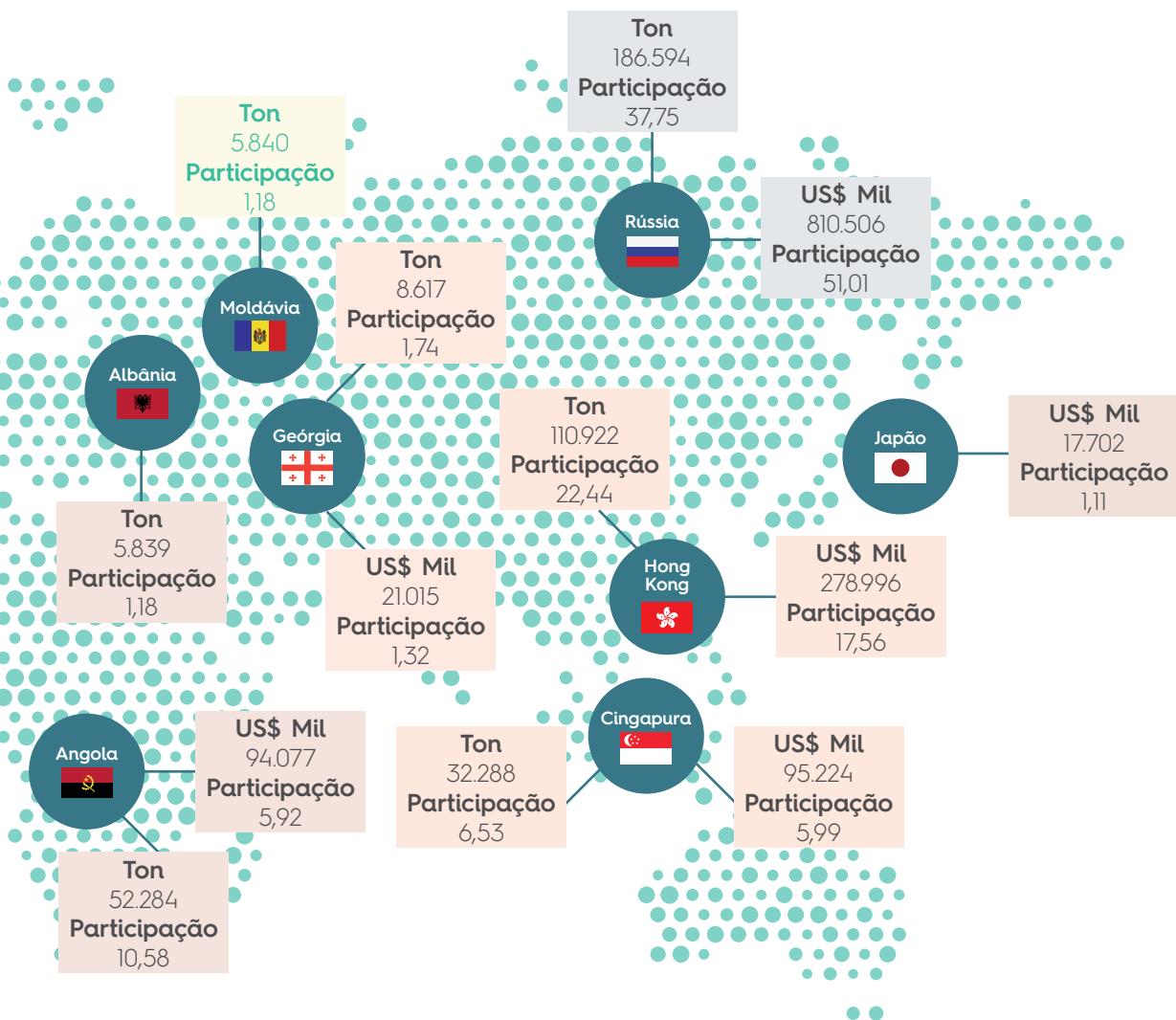
	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Estados Unidos 	1.915	2.356	2.440	2.264	2.204	2.381
União Europeia 	1.706	2.150	2.165	2.227	2.177	2.200
Canadá 	1.159	1.197	1.243	1.246	1.219	1.180
Brasil 	619	584	661	585	556	700
China 	278	244	235	244	277	300
México 	78	86	95	111	117	125

*projeção para o ano de 2015
Fonte: USDA

Principais destinos da Carne Suína Brasileira

Jan/Dez 2014





Fonte: ABPA

Principais demandas políticas do setor

Carta do Presidente da Frente Parlamentar da Suinocultura

Responsável por mais de 1 milhão de empregos diretos e indiretos e pela produção de 3,5 milhões de toneladas de carne por ano, a suinocultura segue ganhando espaço no cenário econômico do Brasil. Ainda assim, carece de incentivos do Governo Federal, o que nos levou a reativar a Frente Parlamentar Mista da Suinocultura, com o objetivo de ser uma representação política atuante, na defesa dos interesses de toda a cadeia produtiva do setor.

Este grupo, presidido por mim, é composto por mais de 200 parlamentares, entre deputados e senadores. Sabemos o que a suinocultura representa para milhões de famílias brasileiras, por isso estamos mobilizados para arregimentar apoio e fortalecer a pressão política na defesa das reivindicações do produtor até a indústria.

Desta forma, vamos atuar fortemente na busca por um ambiente que impulse o seu contínuo fortalecimento. Temos muitos desafios, mas vamos trabalhar para que estes sejam cada vez menores. A começar pela aprovação do Projeto de Lei da Integração 6459/2013, que garante equilíbrio e segurança jurídica na relação entre indústria e produtor rural. Este PL ainda aguarda a orientação dos setores produtivo e industrial das diversas

cadeias envolvidas para ser apreciado em plenário.

Nossa luta também será pela valorização do preço da carne, pela inclusão dos suínos na PGPM, pelo aumento da oferta de milho para venda no balcão e limite de compra, pela redução do ICMS e pela renegociação das dívidas dos suinocultores.

Para garantir mais força nas articulações e no encaminhamento de reivindicações, a Frente Parlamentar Mista da Suinocultura trabalha em consonância com a ABCS e com as entidades estaduais.

Estamos mobilizados para criar esse marco regulatório da cadeia produtiva da integração agropecuária, para que haja equilíbrio e proteção, especialmente para a parte mais fraca da relação, que é o produtor.



**Deputado Federal
Covatti Filho**
Presidente da Frente
Parlamentar Mista da
Suinocultura

Garantia de Abastecimento Interno de Milho

Os gastos com ração respondem a aproximadamente 80% dos custos de produção na suinocultura e tem o milho como principal ingrediente. Desta forma, a variação no preço desta commodity é um dos principais motores de crises no setor. A relação considerada favorável de custo para a suinocultura é a de, pelo menos, 7kg de milho por 1kg de suíno vivo, valores abaixo deste já são considerados de alerta. Diante desta importância uma das principais demandas do setor é a garantia do abastecimento interno de milho nas regiões produtoras de suínos, em especial na região sul, responsável por 65% da produção brasileira de carne suína, e também na região nordeste, a qual possui uma produção suinícola em expansão com um importante papel social além de ser o segundo maior mercado consumidor do país.

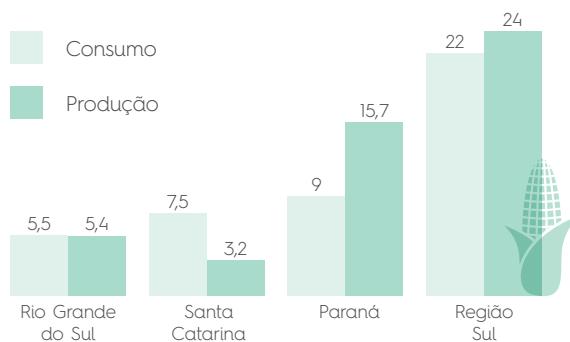
A produção de milho da região sul em 2014 foi de 24 milhões de toneladas, destas, 5.4 são produzidas pelo Rio Grande do Sul, 3.2 por Santa Catarina e 15.7 pelo Paraná, segundo dados do IBGE. Apesar de o consumo total da região ser de aproximadamente 22 milhões, conforme a Conab, este é incompatível com a produção nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com demandas entre 5.5 e 7.5 milhões de toneladas respectivamente. Apenas o Paraná é superavitário nesta relação, com demanda próxima aos 9 milhões de toneladas.

Já a região nordeste obteve uma produção de 7.2 milhões de toneladas em 2014 e um consumo aproximado de 6,6 milhões de toneladas. Porém, dentre os estados produtores de suínos o Ceará e Pernambuco apresentam elevado déficit de produção para atender o consumo conforme ilustra o gráfico abaixo

Estes números indicam a necessidade de um planejamento constante de remoção de estoques de milho do centro-oeste para o nordeste e os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina com vias a abastecer o produtor de proteína animal.

Outro dado interessante é a quantidade de armazéns públicos disponíveis na região para abastecer os produtores, em especial com a venda balcão àqueles que não estão atrelados à agroindústria. De acordo com o IBGE, apenas 2% dos estabelecimentos de armazenagem são do governo, enquanto 80% é de posse da iniciativa privada com exceção das cooperativas. Ou seja, no caso do milho, das 10.3 milhões de toneladas em estoque no primeiro semestre de 2014 apenas 98 mil estavam em estabelecimentos públicos e 3,4 milhões estavam nas mãos das cooperativas. Estes dados caracterizam a necessidade de um planejamento de remoção constante dos estoques públicos aos armazéns das áreas com grande demanda.

Oferta e demanda de milho em milhões de ton. na Região Sul - Média Anual de 2014



Fonte: CONAB, 2015.

Oferta e demanda de milho em milhões de ton. na Região Nordeste - Safra 14/15



Fonte: CONAB, IBGE e ANUALPEC e MERCADO

No que concerne à venda de milho balcão aos produtores de suínos é importante ressaltar que além da garantia de estoque disponível para as épocas de entressafra nas regiões produtoras de carne, as condições de pagamento e os

limites de volume a ser retirado por produtor precisam de maior atenção principalmente nas épocas de relação desfavorável entre o preço do milho e do suíno.

Inclusão da carne suína na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM

A inclusão da carne suína na PGPM é uma demanda antiga, que data ainda da década de 50 e a qual trará mais segurança para os produtores nos momentos de crise. Em 2013, após um grande esforço do setor, foi possível a aprovação do Projeto de Lei 7416/2010, de autoria do Senador Valdir Raupp, o qual tinha o intuito de garantir esta inclusão. A tramitação do PL ocorreu sem qualquer parecer contrário nas duas casas do Congresso Nacional e foi aprovada no dia 14 de agosto de 2013. Porém o mesmo foi vetado pela Presidente Dilma Rousseff no dia 26 de dezembro. Na justificativa do veto a presidente afirmou que “é desnecessária a previsão em lei para a abrangência da carne suína na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, uma vez que, de acordo com a legislação vigente o setor já pode ser incluído por meio de ato *infralegal*. (...)” porém esta inclusão ainda não ocorreu, mesmo após um estudo detalhado feito pela Conab o qual era favorável a esta inclusão.

A segunda parte do veto, a qual diz “(...)Ademais, a proposta tenderia a gerar obrigações permanentes, que não se coadunam com o atual desenho da política de garantia de preços mínimos, que considera flutuações do mercado, logística operacional e garantia de safra, o que retiraria a flexibilidade das atuais regras para o setor.” não se justifica na visão do setor uma vez que as crises são cíclicas e geradas muitas vezes pela flutuação de preço do milho e da soja, matérias primas para a alimentação dos suínos. A variação da oferta e demanda por animais em algumas regiões também altera negativamente os preços de mercado e pode ser resolvida com o escoamento da produção para outras regiões que possuem déficit de animais, em especial o Nordeste. Desta forma, os mecanismos a serem utilizados pelo setor de suínos são referentes ao escoamento de produto e ao financiamento da produção em momentos em que a relação de troca de milho e de farelo de soja para o kilo de suíno vivo estiver desfavorável.

Importância:

Um dos principais motores para a saída de pequenos produtores da atividade é a grande oscilação dos custos de produção em decorrência da variação de commodities como milho e soja que são a base da alimentação dos suínos. Além disso, pequenas variações de oferta e demanda são suficientes para causar uma grande oscilação dos preços, e assim reduzir o consumo do produto. A ABCS trabalha fortemente na promoção do consumo de carne suína com vias a aumentar o consumo per capita desta proteína e garantir cada vez mais o escoamento da produção no mercado interno.

Uma particularidade importante a ser destacada no setor suinícola é seu ciclo de produção, o qual torna o planejamento da atividade mais difícil quando comparado ao setor de aves e bovinos. É necessário cerca de 1 ano entre o alojamento de uma matriz suína até o abate dos primeiros cevalos e, da mesma maneira, caso o produtor opte por sair da atividade ele precisará praticamente de mais um ano para vender os últimos animais. No setor de aves o ciclo é de apenas 7 meses para o abate dos primeiros frangos e ainda existe a possibilidade da venda dos ovos em épocas de preço desfavorável da carne, o que dá mais liberdade ao produtor de controlar a oferta de produto ao mercado. O setor de bovinos também apresenta uma maior facilidade de manejo do ciclo produtivo na medida em que o boi pode per-

manecer mais tempo no pasto a um custo relativamente baixo de manutenção, aguardando uma melhora no valor do animal abatido. Esta facilidade já não existe no setor de suínos, uma vez que manter o suíno na granja torna-se desfavorável pela falta de espaço físico e pelos elevados custos com alimentação.

Assim a inclusão da carne suína na PGPM vai trazer maior agilidade na implantação de políticas públicas de auxílio aos produtores em anos de crise. Este foi o ponto mais debatido na crise de 2012 a qual já dava sinais de prejuízo em maio e só teve medidas de auxílio ao setor em setembro, após grande manifesto realizado em julho em Brasília. Outra grande contribuição desta política vai ser a sinalização do preço justo a ser pago aos produtores durante o ano, ou seja, uma padronização da remuneração base para aqueles produtores que possuem contratos de integração com alguma agroindústria ou que estão ligados a cooperativas.

Aprovação da Lei de Integração

A produção brasileira de suínos tem grande parte de seus produtores vinculados a grandes e médias agroindústrias. A importância deste tema já desperta a atenção do legislativo desde 1998

quando foi apresentado o primeiro Projeto de Lei que visava regulamentar estas relações entre produtores e agroindústrias. Em 2011, após dois anos de extensas negociações e debates no âmbito da Comissão Nacional de Aves e Suínos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA entre as entidades representativas de diversos setores do agronegócio que utilizam desta forma de contrato (suínos, aves, laranja e fumo), a Senadora Ana Amélia apresentou um novo Projeto de Lei (PLS 330/2011) que propunha criar regras básicas para estes contratos. Em 2013 este projeto, aprovado no Senado Federal, seguiu para avaliação da Câmara dos Deputados, tramitando sob o número 6459/2013, ao qual foram pensados os projetos anteriores. Atualmente o mesmo se encontra pronto para apreciação no plenário desta casa bastando um acordo do Colégio de Líderes para sua votação.

Porém, mesmo após as reuniões prévias ocorridas na CNA e durante a tramitação do texto no Senado Federal, agroindústrias e produtores permanecem divergindo em uma cláusula fundamental do texto, a qual trata da remuneração mínima a ser garantida ao produtor integrado (inciso VII do **caput** do artigo 4º), e que, portanto impede um acordo com as lideranças para a votação do texto.

A ABCS permanece empenhada na tentativa de encontrar um texto que agrade produtores e

agroindústrias a fim de que este Projeto de Lei seja aprovado ainda em 2015 beneficiando assim cerca de 30 mil produtores, em especial pequenas e médias propriedades familiares da região sul as quais dependem da atividade suinícola para se manterem no campo.

Importância:

O estabelecimento de contratos entre produtores integrados e agroindústrias integradoras visa trazer uma relação benéfica para ambos na medida em que garante o abastecimento aos frigoríficos e o escoamento da produção aos produtores. Porém, em muitos casos, em especial na região sul, onde a grande maioria das propriedades são familiares de pequeno e médio porte, esta relação de troca entre os dois atores acaba se tornando desigual, uma vez que algumas agroindústrias acabam impondo contratos inviáveis aos seus produtores integrados, com uma remuneração abaixo dos custos de produção da região e muitas vezes sem revisão anual dos valores de base.

Outro fator que contribui negativamente a estes contratos, em algumas regiões, é o fato de existir apenas uma indústria integradora, não deixando outra escolha aos produtores a não ser se submeter às imposições de contrato ou sair da atividade.

Portanto a regulação destas relações contratuais através do projeto de lei em questão, com o estabelecimento de metas técnicas e de

uma remuneração mínima adequada e atualizada ao produtor, irá garantir a permanência destes pequenos e médios produtores na atividade permitindo aos mesmos possuir rentabilidade próxima a daqueles produtores independentes

e assim fazer novos investimentos em tecnologias e melhorias na sua produção além de quitarem suas dívidas contraídas à época da crise de 2012 e ao longo dos anos de permanência na atividade.

Aperfeiçoamento do INOVAGRO para investimentos em bem-estar animal

O bem estar animal é um assunto que vem ocupando cada vez mais espaço nos fóruns brasileiros de discussão sobre suinocultura. Como é um termo bastante abrangente, há discussões quanto ao modelo de instalações, castração, injeção de remédios e vacinas, métodos de eutanásia, entre outros. De qualquer maneira, há o consenso de que o manejo com os animais é um dos fatores que mais influencia o seu nível de estresse (mensurado através dos níveis plasmáticos de cortisol).

Atualmente no Brasil a discussão está centrada principalmente no modelo de instalações para fêmeas gestantes - gaiolas individuais ou baias coletivas. No primeiro modelo as fêmeas são mantidas em gaiolas individuais, onde não conseguem se virar, durante as 16 semanas de gestação. Já no segundo modelo as matrizes podem permanecer em gaiolas até 5 ou 6 semanas (período crítico para reabsorção embrionária) após a inseminação, mas

depois são transferidas para baias coletivas onde permanecem até o final da gestação.

Importância:

O investimento em sistemas de produção de suínos condizentes com as normas de bem-estar animal utilizadas na União Europeia e outros países é cada vez mais demandado por parte das ONGs, grandes agroindústrias, redes de fast food e consumidores. Portanto, a discussão sobre este tema, seus benefícios e dificuldades e, principalmente, sua viabilidade econômica entraram na agenda da ABCS em 2014 e em 2015 fazem parte de um circuito de palestras e debates em parceria com as entidades estaduais afiliadas ao sistema ABCS. No entanto este é um tema muito delicado e trabalhado com grande cautela pela Associação em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA, uma vez que a suinocultura brasileira possui realidades extremamente



Gaiola Individual



Baías coletivas

distintas entre as regiões produtoras dificultando o investimento nestas adequações em algumas delas. Sendo assim, uma das principais preocupações do setor quanto ao tema é garantir linha de crédito adequada a estes investimentos e aos diferentes perfis de produtores.

De acordo com o que se tem percebido, poucos produtores conhecem o INOVAGRO e sabem de sua disponibilidade para as adequações de infraestrutura que visam atender normas de bem-estar animal. Porém, mais do que uma maior divulgação

do programa, o aumento do volume de crédito para estas adequações e a facilitação da tomada deste crédito por produtores que já possuem financiamento para aquisição de outros maquinários, construção de novos barracões e até mesmo para a produção ou parcelamento das dívidas contraídas ao longo de 2012 são fundamentais.

Além disso, a cautela sobre o modelo de adaptação das granjas a ser seguida deve ser fundamental nas parcerias entre o setor e o Ministério, a fim de entender que a gestação coletiva automatizada não é necessariamente o melhor modelo a ser utilizados por regiões de pequenos e médios produtores. Portanto, é preciso atrelar estas linhas de crédito a todos os modelos viáveis aos produtores brasileiros em suas diferentes realidades a exemplo do que foi feito em outros países do mundo.

A ABCS entende a importância e a necessidade de se incentivar estas adaptações e tornar a produção brasileira cada vez mais condizente com as prerrogativas do bem-estar animal, sem no entanto pressionar com prazos e regras não adequadas a nossa realidade, sob pena de afastar alguns produtores da atividade e reduzir a produção de carne suína nacional.

Aperfeiçoamento do ABC para produção de energia por meio do Tratamento de Dejetos Animais

A redução das emissões de gases de efeito estufa ou dos índices de gás carbônico na atmosfera já é um tema antigo na agenda mundial e no Brasil. No entanto, tecnologias que proporcionem esta redução nas emissões tanto no meio urbano quanto no rural ainda são caras e raramente ofertadas ou utilizadas, sendo portanto, tratadas como um diferencial mercadológico e não como uma nova tendência nos meios de produção e geração de energia.

Diante da importância de tornar o setor agropecuário brasileiro mais sustentável e reduzir as emissões de gases poluentes decorrentes, especialmente, da produção pecuária, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos – MAPA, lançou no Plano Agrícola e Pecuário da safra 2011/2012 a linha de crédito do ABC – Agricultura de Baixo Carbono, a qual tem o objetivo de fornecer crédito para projetos que visem recuperar pastagens degradadas, investir em sistemas de Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, além de outros projetos que proporcionem um aumento de produtividade nas atividades agropecuárias com redução na emissão de gases poluentes da atmosfera.

Dentre estas outras tecnologias está o Tratamento de Dejetos Animais através do uso de biodigestores capazes de transformar o excremento de animais como suínos em gás gerador de energia limpa, o qual

poderá suprir a demanda de energia elétrica da granja e ainda gerar excedentes para abastecer residências e outros estabelecimentos. Além deste benefício energético, equipamentos e tecnologias mais recentes de Tratamento de Dejetos Animais ainda proporcionam, como subprodutos, biofertilizantes e adubos orgânicos que podem ser utilizados para melhorar as características químicas do solo das propriedades produtoras de grão, gerando uma renda extra ou uma economia com produtos químicos para aquelas propriedades que utilizam o sistema de biodigestor para tratar de maneira ambientalmente correta os dejetos gerados por seus animais de produção.

O potencial gerador de energia por meio do uso de biodigestores em granjas produtoras de suínos pode ser verificado nas tabelas a seguir.

Importância:

Diante de todo este potencial energético, além do benefício ambiental proporcionado pelo investimento dos produtores de suínos em biodigestores, recentemente, o Ministério da Agricultura lançou o Projeto Suinocultura de Baixa Emissão de Carbono, que irá apontar as principais tecnologias disponíveis para o Tratamento de Dejetos Suínos além de informar sobre o crédito disponibilizado pelo governo para estes investimentos.

Biodigestores

Potenciais de Produção

Animal	Biogás por ano	Equivalente em kWh	Equivalente pessoas / ano
500 matriz em ciclo completo	219.000m ³	394.200	172
300 matriz em UPL	49.275m ³	88.695	39
1.000 suínos em UT	54.750m ³	98.550	43

Fonte: projeção ABCS

rural. A grande dificuldade do produtor está em acessar esta linha de crédito, devido ao desconhecimento por parte dos bancos, a falta de capacidade de contrair novas dívidas, além das diversas garantias solicitadas pelos bancos.

Consumo per capta

2.295 kWh/ano*

Animal	Biogás por dia	kWh
Matriz em ciclo completo	1,2m ³	2,16
Matriz em UPL	0,45m ³	0,81
1.000 suínos em UT	0,15m ³	0,27

Fonte: Sansuy

* Anuário Estatísticos de Energia Elétrica de 2014 da EPE

Porém, na visão da ABCS, mais do que incentivar a tomada de crédito da linha ABC por parte dos produtores de suínos, é necessária uma atualização das tecnologias e projetos disponíveis dentro deste âmbito aos agentes bancários operadores do crédito

Maior investimento no Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSS

O Brasil tem em seu status sanitário um grande diferencial competitivo, permanecendo livre de algumas doenças virais que causam grande impacto à suinocultura mundial. Como exemplo, nunca foi registrado no país nenhum caso de PRRS (Síndrome Reprodutiva e Respiratória Suína), doença que causa prejuízos anuais estimados em 700 milhões de dólares somente nos Estados Unidos. Também não há casos de PED (Diarreia Epidêmica Suína), doença que ganhou notoriedade nos últimos 2 anos devido ao surgimento de uma cepa altamente virulenta que já matou mais de 7 milhões de suínos na América do Norte.

O Brasil tem mantido seu status graças ao bom trabalho que o MAPA, através da Secretaria de Defesa Agropecuária e do seu Departamento de Saúde Animal vem fazendo, em especial com o controle da importação de animais, processo que ficou ainda mais seguro neste último ano após a reativação da Estação Quarentenária de Cananéia em São Paulo.

Recentemente, outra doença tem ganhado destaque na cadeia de produção de suínos. A partir de 2015 a OIE irá certificar os países, estados ou zonas como livres de Peste Suína Clássica, doença viral que acomete suídeos. Até então havia apenas a certificação nacional e o MAPA reconhece aproximadamente 70% do território brasileiro como livre, englobando todos os estados de relevante produção (todo o sul, sudeste e centro oeste) dentro da área livre com reconhecimento nacional. Para solicitar a certificação internacional os países devem cumprir uma série de exigências (controles sorológicos e epidemiológicos) descritas no Código Sanitário de Animais Silvestres da OIE e na Norma Interna 05/2009 do MAPA. Porém, de acordo com a avaliação técnica do Ministério, em 2014 apenas os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul cumpriram estes requisitos e tiveram seus pleitos reconhecidos pela OIE.

Importância:

Diante do exposto, o investimento no Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS, nacional e

estaduais, se faz fundamental para que possamos alcançar o status internacional de livres de PSC nos 16 estados brasileiros reconhecidos nacionalmente, especialmente nos seis estados exportadores, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e os dois já encaminhados ao reconhecimento, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Além disso, o investimento e a formalização de um plano de erradicação da PSC em regiões ainda infectadas pelo vírus, com destaque para estados do norte e nordeste, é estratégico, uma vez que a não eliminação do vírus em todo território nacional representa um risco eminente de retrocesso ao status sanitário já alcançado pela grande maioria dos estados.

Atrelado a estes investimentos a ABCS também entende como essencial para a segurança sanitária do país, não só em relação ao rebanho suíno, o estabelecimento de um planejamento de revitalização e fortalecimento das barreiras sanitárias em áreas de fronteira com países vizinhos. No que concerne a estes dois temas, esta associação já vem trabalhando em parceria com a SDA, em especial com o Departamento de Saúde Animal, para o levantamento de dados que possam auxiliar a construção destes dois planos de investimentos fundamentais para a manutenção e melhoria do status sanitário brasileiro.



ABCS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS CRIADORES DE SUÍNOS